

**ANEXO IV.A – REQUISITOS GERAIS AMBIENTAIS E SOCIAIS E DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO
AMBIENTAL**

ÍNDICE

PARTE I – REQUISITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS GERAIS	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. PD1: AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	3
3. PD2: Condições de Trabalho e Emprego	6
4. PD3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição	8
5. PD4: Saúde e Segurança da Comunidade	9
6. PD5: Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário	12
7. PD6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos.....	14
8. PD7: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.....	14
9. PD8: Patrimônio Cultural	15
PARTE II – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL	15
10. APRESENTAÇÃO	15
11. DIRETRIZES GERAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	16
12. COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	17
13. PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS E DAS INTERVENÇÕES.....	17
14. AUTORIZAÇÕES PARA ÁREAS DE APOIO	19
15. AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (ASV) E INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)	20
16. AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO	21
17. OUTORGAS PARA USO E/OU INTERFERÊNCIA EM RECURSOS HÍDRICOS	21
18. AUTORIZAÇÕES PARA INTERFERÊNCIA COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	22
19. AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES A NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	22
20. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM BENS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS.....	24
21. MANIFESTAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	25
22. DIRETRIZES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	25

PARTE I – REQUISITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS GERAIS

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá projetar, construir, operar e manter a CONCESSÃO, de acordo com: (i) os requisitos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis; (ii) os PADRÕES DE DESEMPENHO; e (iii) com as Diretrizes Gerais de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial (GBM)/IFC ("Diretrizes GBM/IFC"), e Diretrizes Específicas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do GBM/IFC para projetos de ferrovias (ambas elaboradas em abril de 2007 e disponíveis em <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2000/general-environmental-health-and-safety-guidelines>), conforme aplicáveis. Os requisitos ambientais e sociais aplicáveis da IFC e GBM são aqui referidos como os "Requisitos AS da IFC".

1.1.1. Nos casos de sobreposição entre os requisitos, serão aplicáveis os mais restritivos.

- 1.2. Os estudos ambientais e sociais requeridos devem ser conduzidos por profissionais das áreas de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Social (SSMAS) competentes, com experiência relevante na realização de avaliações de impacto para projetos semelhantes e com experiência adequada na aplicação dos Requisitos AS da IFC, conforme o APENSO [●].

2. PD1: AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

- 2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar Estudo(s) de Avaliação de Impacto Ambiental e Social – ESIA para o escopo cabível da CONCESSÃO, o qual deverá ser: (i) preparado por uma empresa de consultoria especializada em SSMAS, com experiência relevante no setor metroferroviário e preferencialmente experiência no ESTADO, bem como experiência relevante na aplicação dos Requisitos AS da IFC; e (ii) revisado e validado pelo AUDITOR INDEPENDENTE antes do início qualquer atividade relacionada à construção, manutenção e operação.

2.1.1. A APROVAÇÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE deverá ser obtida em até 30 (trinta) dias do encerramento da FASE DE CONSTRUÇÃO.

2.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar uma comparação entre o escopo de ESIA apresentado no APENSO [●] e os Estudos de Impacto Ambiental que devem ser elaborados no âmbito do processo de licenciamento ambiental. No caso de ser identificada uma ou mais discrepâncias entre os dois escopos e não for possível incluir escopo adicional no estudo para o licenciamento ambiental, um ou mais estudos complementares podem ser preparados conforme a necessidade para fechar todas as diferenças entre os respectivos estudos para atender a todos os Requisitos AS da IFC.

- 2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Social - SGSSAS de acordo com (i) os requisitos estabelecidos no PD1 e na legislação brasileira;

(ii) a avaliação apresentada no ESIA; e (iii) os planos e programas de gestão a serem elaborados de acordo com os TdRs detalhados no APENSO [●].

- 2.2.1. O SGSSAS deverá ser elaborado em até 30 (trinta) dias do encerramento da FASE DE CONSTRUÇÃO. A partir deste marco, caberá à CONCESSIONÁRIA implementar e manter o SGSSAS atualizado.
 - 2.2.2. O SGSSAS deverá gerir os riscos e impactos ambientais e sociais da CONCESSÃO ao longo de todas as suas fases, de forma estruturada e contínua.
 - 2.2.3. O SGSSAS será proporcional ao nível de riscos e impactos da CONCESSÃO e projetado para gerenciar os riscos e impactos relacionados ao SSMAS de forma estruturada e sistemática.
- 2.3. O SGSSAS pode ser um sistema autônomo ou integrado a demais sistemas de gestão da CONCESSIONÁRIA, desde que estejam incluídos os elementos abaixo:
- i. Política socioambiental abrangente que indicará quem, dentro da organização da CONCESSIONÁRIA, garantirá seu cumprimento e será responsável por sua execução.
 - ii. Plano para desenvolvimento da capacidade organizacional e competência da CONCESSIONÁRIA para implementar, manter e, se necessário, reforçar o SGSSAS, incluindo a definição de funções e responsabilidades relevantes da equipe técnica com competências e conhecimentos adequados que atendam plenamente aos PADRÕES DE DESEMPENHO.
 - iii. Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, constituído por Programas de Gestão, incluindo medidas e ações de prevenção, mitigação, melhoria e monitoramento de desempenho, que contemplem os riscos e impactos de SSMAS decorrentes de todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, identificados no ESIA e em processo de revisão contínua. Os programas devem estar alinhados com a legislação brasileira aplicável e os Requisitos AS da IFC relevantes. Os Programas de Gestão serão documentados combinando procedimentos operacionais, práticas, planos e documentos comprobatórios relevantes, cobrindo todos os riscos e impactos de SSMAS relacionados às atividades da CONCESSIONÁRIA. O PGAS deverá incluir um cronograma para preparação e implementação dos diversos Programas de Gestão, a estar preparado e aprovado até 30 (trinta) dias antes do início de qualquer atividade geradora de impacto.
 - iv. Como parte dos Programas de Gestão que compõem o PGAS, deverá ser elaborado um Programa de Gestão para empresas contratadas e subcontratadas, de forma a orientar: (a) a atribuição de responsabilidades entre CONCESSIONÁRIA, contratadas e subcontratadas; (b) a inclusão de requisitos ambientais e sociais relevantes nos respectivos – em particular, as disposições de cada PADRÃO DE DESEMPENHO relevante

para as condições de emprego e de trabalho, a obrigação de cumprir o Código de Conduta da CONCESSIONÁRIA, os requisitos para desenvolver, implementar e manter planos e procedimentos de gestão ambientais e sociais alinhados aos elaborados pela CONCESSIONÁRIA e adaptados às atividades específicas desenvolvidas pelo contratado/subcontratado; (c) a verificação das credenciais de ambientais e sociais da equipe responsável; (d) a supervisão e o monitoramento do cumprimento das condições contratuais ambientais e sociais e a implementação de ações corretivas, quando aplicáveis.

- v. PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS - PEPI, consistente com os requisitos do PD1 e adaptado às características e interesses das Comunidades Afetadas, e Mecanismo de Queixas e Reclamações (MQR) abrangente, consolidando as iniciativas existentes e preenchendo eventuais lacunas com o PD1 relacionadas ao SGSSAS inicialmente elaborado, conforme TdRs apresentados no APENSO 2.
- 2.4. A CONCESSIONÁRIA elaborará e implementará o PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE), que deverá incluir medidas de prevenção e resposta a desastres naturais, incluindo um sistema de alerta precoce para fenômenos hidrometeorológicos que possam colocar em risco usuários (precipitações elevadas e riscos geológicos), e ações de resposta e contingenciamento para estações existentes e planejadas, pátios de manutenção, subestações e cabines seccionadoras. O plano incluirá disposições para atualizações contínuas, bem como exercícios de evacuação, pelo menos, anualmente para testar a eficácia e treinamento.
- 2.4.1. O PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA deverá incluir os requisitos de segurança contra incêndio e meios de saída solicitados pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e Normas Internacionais da NFPA (*"National Fire Protection Association"*).
- 2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e/ou verificar alinhamento dos Planos de Atendimento a Emergências (PAE) existentes com os PD 1 e 4 da IFC e com a legislação brasileira, indicando recomendações necessárias para endereçamento de lacunas. O PAE deve identificar e levar em consideração as Comunidades Potencialmente Afetadas pelos cenários de emergência levantados.
- 2.6. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar um sistema de gestão da cadeia de suprimentos, como mínimo: (i) política de compras; (ii) Código de Conduta do fornecedor que aborde o trabalho infantil, o trabalho forçado e questões de segurança significativas, em linha com o PD2; (iii) cláusulas contratuais em contratos comerciais com fornecedores, exigindo o cumprimento do Código de Conduta do fornecedor; (iv) processo de verificação para garantir que os novos fornecedores tenham as políticas e procedimentos em vigor para atender aos requisitos do Código de Conduta do fornecedor; (v) estratégia de comunicação para informar os fornecedores sobre o Código de Conduta; e (vi) processo formal para engajamento, efeitos de incumprimento ou desengajamento de fornecedores, em caso de não conformidades que não sejam corrigidas.

- 2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS, nos termos da Clausula [●] do CONTRATO, de modo a mapear todos os riscos que podem impactar as operações da LINHA 16, bem como riscos para a comunidade que possam vir a ser exacerbados em resultado de intervenções da CONCESSIONÁRIA e, propor medidas preventivas de curto, médio e longo prazo, identificando alternativas técnicas e de engenharia para evitar ou minimizar impactos decorrentes de EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS e garantir a adequada operação dos SISTEMAS e da LINHA 16 e a segurança e adequada prestação dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS.

3. PD2: CONDIÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO

- 3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá respeitar as convenções coletivas de trabalho, a legislação nacional e os requisitos do PD2. Para trabalhadores que não estejam abrangidos por acordos de negociação coletiva, os termos e condições de emprego, bem como os benefícios de todos os trabalhadores em posições semelhantes, devem ser substancialmente equivalentes.
- 3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá engendrar esforços razoáveis para contratar trabalhadores que eventualmente tenham sido objeto de demissão coletiva devido à CONCESSÃO, desde que tenham as habilidades e qualificações aderentes às posições disponíveis. Os esforços da CONCESSIONÁRIA deverão ser documentados, para fins de avaliação pela ARTESP.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, antes do início da FASE DE CONSTRUÇÃO e, a partir daí, implementar e manter atualizados:
- i. Políticas e procedimentos de Recursos Humanos (RH) consistentes com os requisitos da legislação brasileira e do PD2. Essas políticas devem: (i) promover condições de emprego e de trabalho justas, seguras e saudáveis; (ii) promover a igualdade de oportunidades e a não discriminação de todos os trabalhadores (diretos e indiretos); (iii) salvaguardas contra o emprego de crianças de qualquer forma que seja economicamente exploradora e/ou considerada perigosa e/ou que interfira na educação da criança; (iv) salvaguardas contra o trabalho forçado e/ou resultante do tráfico de pessoas; (v) salvaguardas contra todas as formas de violência e assédio com base no gênero (VABG), considerando trabalhadores e comunidades afetadas; (vi) reconhecer o direito dos trabalhadores a filiar-se em sindicatos da sua escolha, ou a negociar coletivamente, sem retaliações para os trabalhadores envolvidos; e (vii) Código de Conduta para todos os trabalhadores (incluindo de forças de segurança), que deverá incluir requisitos para evitar abuso, exploração e assédio sexual baseada no gênero e gerir relacionamento com as comunidades.
 - ii. Políticas e procedimentos para gerenciar e monitorar o desempenho de empresas subcontratadas (em todos os segmentos e adaptados à fase da CONCESSÃO) de acordo com a legislação nacional trabalhista e os requisitos do PD2, incluindo, na medida do possível, cláusulas específicas nos contratos celebrados com estes empregadores

terceirizados, incluindo a disponibilização de acomodações, áreas de repouso, refeitório/cafeteria e instalações sanitárias, em boas condições de higiene, conforme diretrizes da IFC. Os procedimentos devem abranger inspeções e auditorias às condições de trabalho e alojamento e condições gerais de saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores terceirizados.

- iii. Mecanismo de Reclamação dos Trabalhadores, acessível a todos os trabalhadores (diretos e indiretos), de forma a identificar preocupações, reclamações e todos os tipos de queixas relacionadas ao trabalho, incluindo VABG.
 - a. O Registro de ocorrências, em casos de VABG, deverá seguir protocolo determinado pela ARTESP.
 - b. O Mecanismo deve envolver um nível adequado de gestão e tratar preocupações e reclamações em tempo hábil, usando um processo compreensível e transparente que forneça respostas adequadas aos interessados, e deve estar disponível para trabalhadores diretos e terceirizados.
 - c. No caso das queixas de VABG, estas devem ser tratadas com uma abordagem centrada na/o sobrevivente e utilizando mecanismos apropriados e confidenciais, e deve incluir procedimentos para apoiar adequadamente a/os sobreviventes em sua reintegração. Este Mecanismo deve ser gerenciado por um pessoal experiente treinado para lidar com os casos.
 - d. O Mecanismo deve permitir que denúncias anônimas sejam levantadas e tratadas e não impedir o acesso a outros recursos judiciais ou administrativos que possam estar disponíveis nos termos da lei ou por meio de procedimentos arbitrais existentes, ou substituir os mecanismos de reclamação previstos por meio de acordos coletivos.
- iv. Estabelecer, como parte do SGSASS exigido no PD1, uma abordagem sistemática para o gerenciamento de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) em linha com os Requisitos AS da IFC e a legislação brasileira aplicável, incluindo as Normas Regulamentadoras (NRs). A componente SST deve incluir, mas não se limitar a: (i) política de SST abrangente aplicável a funcionários e contratados; (ii) procedimentos para avaliação e identificação de perigos e riscos de SST; (iii) matrizes de risco de SST; (iv) procedimentos de gestão de SST adaptados à natureza dos perigos e riscos identificados, que assegurem que todos os trabalhadores (incluindo subcontratados e de terceiros) têm equipamento individual de proteção adequado e apropriado; (v) Requisitos de treinamento em SST para empregados e contratados, programas de controle e monitoramento de saúde ocupacional; (vi) procedimentos de investigação de incidentes; (vii) protocolos de resposta a emergências; (viii) inspeções e auditorias de SST; (ix) acompanhamento e monitoramento de ações corretivas e preventivas; (x) indicadores de SST e apresentação de relatório.

- v. Deverá ser desenvolvido um plano de desmobilização para os trabalhadores da construção, incluindo a comunicação adequada e oportuna do fim da fase de construção.

4. PD3: EFICIÊNCIA DE RECURSOS E PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO

- 4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar e manter atualizado durante toda a FASE DE CONSTRUÇÃO E DE OPERAÇÃO, como parte do SGSSAS, Planos de Gestão Ambiental (PGAs) e procedimentos específicos consistentes com Requisitos AS da IFC, abrangendo os itens indicados, mas não limitado a:

- i. Estratégia de eficiência de recursos para implementar gradualmente medidas técnica e financeiramente viáveis para melhorar a eficiência no consumo de energia, água e insumos materiais no planejamento, construção e operação de estações, pátios de manutenção, subestações, cabines seccionadoras e estacionamentos;
- ii. Gestão das emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Escopo 1 e 2 de acordo com metodologias reconhecidas internacionalmente e Boas Práticas Internacionais da Indústria (BPII);
- iii. Gerenciamento e monitoramento de efluentes líquidos industriais e sanitários;
- iv. Segregação entre água pluvial e efluentes;
- v. Controle e monitoramento de escoamento superficial e erosão, incluindo a execução de estudos geotécnicos prévios aos trabalhos de engenharia;
- vi. Gestão de solo e águas subterrâneas contaminadas;
- vii. Gestão de resíduos perigosos (como por exemplo amianto) e não perigosos, incluindo ações para evitar a atração de fauna sinantrópica e proliferação de vetores de doenças;
- viii. Gerenciamento de ruídos e vibrações ambientais, incluindo estudo para identificação e mapeamento de Potenciais Receptores Críticos (PRCs) em alinhamento com a IPAR / CETESB, estudo pré-construção de edificações e estruturas vizinhas para identificar risco de dano relacionado a ruídos e vibrações resultando das obras;
- ix. Gestão das emissões atmosféricas e qualidade do ar;

- x. Gerenciamento e transporte de materiais e produtos perigosos, incluindo armazenamento e manuseio de combustível para locomotivas e fluidos de equipamentos elétricos; e
 - xi. Manejo e controle integrados da vegetação – este PGA deve incluir disposições conformes com o PD3 no caso de serem utilizados herbicidas para a limpeza e/ou manutenção da faixa operacional.
- 4.2. Caso aplicável, deve ser elaborado e implementado um Plano de Manejo de Pesticidas, afirmando que os pesticidas utilizados no controle de pragas, insetos e animais peçonhentos não incluirão aqueles classificados como Classe de Perigo IA (extremamente perigoso) ou IB (altamente perigoso) pela Classificação Recomendada de Pesticidas da OMS. Os pesticidas da classe II (moderadamente perigosos) só podem ser utilizados se estiverem em vigor disposições adequadas em matéria de saúde e segurança.
- 4.3. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o levantamento das áreas contaminadas que podem ser impactadas pelas obras civis planejadas para o Projeto e justificar a necessidade de escavação do solo em áreas contaminadas e o rebaixamento do nível do lençol freático (bombeamento da água subterrânea).
- 4.3.1. Quando intervenções em áreas contaminadas forem necessárias, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir que todas as etapas do processo de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, estabelecidas pela Decisão de Diretoria nº 38 /2017 da CETESB sejam desenvolvidas.
- 4.4. Caso sejam identificadas áreas com presença de material friável com amianto (ex. Telhas), a CONCESSIONÁRIA deverá trocar esse material (ex. Por telhas de metal) e fazer o manuseio e disposição do material com amianto de acordo com a legislação vigente, normas ABNT e os Requisitos AS da IFC.
- 4.5. Caso sejam identificados níveis de ruídos acima dos permitidos para áreas com PRCs identificados, deverão ser desenvolvidos planos de monitoramento e mitigação, em cumprimento com a legislação local e os Requisitos AS da IFC.
- 5. PD4: SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE**
- 5.1. Durante a fase de planejamento do Projeto, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar um estudo de alternativas locais visando evitar e minimizar, sempre que viável e factível, riscos e impactos à saúde e segurança da comunidade e a potenciais interferências no acesso ou na manutenção dos serviços prestados por equipamentos públicos e privados.

5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver Planos de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade, destinados à FASE DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO, considerando no mínimo o seguinte:

5.2.1. Especial atenção a potenciais riscos e impactos adversos na comunidade relacionados com (i) movimentação de veículos e maquinaria associada à obra, especialmente em áreas densamente povoadas e/ou com grande circulação de pedestres (como na proximidade de escola, unidades de saúde e áreas comerciais); (ii) potencial interferência no acesso e/ou funcionamento de equipamentos sociais e áreas de lazer; (iii) acesso a zona de obra e locais de armazenagem de substâncias perigosas; (iv) emissões atmosféricas e ruído (especialmente junto a receptores sensíveis como escolas e unidades de saúde); (v) trabalhadores envolvidos nas obras (como doenças transmissíveis, assédio, violência baseada no gênero e racismo); e (vi) presença de forças de segurança patrimonial.

5.2.1.1. Os Planos de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade deverão ser elaborados em como parte dos programas socioambientais para obtenção da Li e LO, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO elaborado pela CONCESSIONÁRIA.

5.2.1.2. Uma vez elaborados, os Planos de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade deverão ser permanentemente atualizados.

5.2.2. Deverão ser considerados riscos e impactos na comunidade durante a fase de construção relacionados com (i) impacto no trânsito local, particularmente em horários de pico; (ii) ruído e vibrações (com potenciais riscos para a saúde pública e danos em estruturas lindeiras); (iii) presença de trabalhadores (possíveis agentes de transmissão de doenças e violência baseada no gênero); (iv) presença de forças de segurança patrimonial; (v) acúmulo de resíduos que promovam a proliferação de vetores de doença (eg. Acúmulo de água) e atração de fauna sinantrópica.

5.2.3. Deverão ser considerados riscos e impactos na comunidade durante a fase de operações relacionados com (i) circulação ferroviária tanto para passageiros, como para a comunidade da área envolvente; (iii) descarrilamento para; (iv) ruído e vibrações (com potenciais riscos para a saúde pública e danos em estruturas lindeiras); (v) presença de trabalhadores (possíveis agentes de transmissão de doenças e violência baseada no gênero); (vi) presença de forças de segurança patrimonial; (vii) invasão da faixa operacional; e (viii) acúmulo de resíduos que promovam a proliferação de vetores de doença (eg. Acúmulo de água) e atração de fauna sinantrópica.

5.2.3.1. O Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Comunidade referente à FASE DE OPERAÇÃO deverá ser elaborado em até 30 (trinta) dias do encerramento da FASE DE CONSTRUÇÃO, devendo ser atualizado paulatinamente à OPERAÇÃO COMERCIAL.

- 5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver Política de Gestão de Segurança Patrimonial e Pessoal e Plano de Gestão de Segurança, destinados à FASE DE OPERAÇÃO, baseado em uma avaliação de risco de segurança e com base na consulta às comunidades locais. A avaliação de riscos deve avaliar os riscos representados pelos arranjos de segurança previstos e avaliar os riscos de segurança dos trabalhadores e usuários. Cada plano de gestão da segurança deve conter: (i) os objetivos de gestão da segurança e as partes interessadas específicas; (ii) os riscos internos e externos identificados na avaliação; (iii) as disposições de segurança internas e externas; (iv) a triagem de pessoal de segurança quanto às implicações em ocorrências passadas (verificação de antecedentes criminais); (v) a formação no uso da força e conduta adequada; (vi) a coordenação entre a CONCESSIONÁRIA e a polícia local; (vii) a investigação e comunicação de incidentes; e (viii) os padrões de desempenho para a adequada gestão de segurança.
- 5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar Avaliação e Gerenciamento de Risco de Violência e Assédio Baseado em Gênero, incluindo campanhas de sensibilização para trabalhadores (diretos e indiretos) e comunidade e disseminação dos mecanismos específicos de reclamação, baseados em abordagem centrada no sobrevivente e utilizando mecanismos apropriados e confidenciais e geridos por pessoal treinado para receber e endereçar reclamações de VABG.
- 5.5. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, em linha com PD1 e PD4 e legislação brasileira, incluindo os requisitos de segurança contra incêndio e meios de saída solicitados pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e Normas Internacionais da NFPA (*"National Fire Protection Association"*).
- 5.5.1. Os planos de remodelação/construção de estações com ocupação superior a 1.000 (mil) pessoas (a qualquer momento), e/ou com plataformas de comprimento superior a 300 (trezentos) metros, devem considerar modelagem de fumaça e evacuação (especificamente modelagem computacional de dinâmica de fluidos). O modelo deve aplicar os princípios do Guia de Engenharia SFPE (*"Society of Fire Protection Engineers"*) para Análise e Projeto de Edifícios de Proteção contra Incêndios Baseados no Desempenho: <https://www.sfpe.org/publications/resources/pbdguide>.
- 5.5.2. Além da conformidade legal, a construção/remodelação de estações deverá obedecer às seguintes boas práticas internacionais: NFPA 101, Código de Segurança de Vida (2024) <https://www.nfpa.org/product/nfpa-101-code/p0101code>; e Norma NFPA 130 para sistemas fixos de trânsito e trilhos de passageiros <https://www.nfpa.org/codes-and-standards/1/3/0/nfpa-130>.
- 5.5.3. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a manter os Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válidos para todas as instalações sendo obtidos de acordo com o prazo estipulado por legislação aplicável.

- 5.6. A CONCESSIONÁRIA deverá incluir indicadores de desempenho específicos para monitorar a manutenção e inspeções pontuais de equipamentos críticos de segurança como parte do SGSSAS, e deverá reportar periodicamente, à ARTESP, o resultado da avaliação executada.

6. PD5: AQUISIÇÃO DE TERRAS E REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar, como parte dos estudos e projetos de engenharia dos EMPREENDIMENTOS, alternativas para evitar e/ou minimizar deslocamento físico/econômico, e implementá-las dentro do possível.
- 6.2. No primeiro ano a CONCESSIONÁRIA deverá preparar o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO (PG-DOTSR), nos termos do APENSO [●], levando em consideração atualizações no projeto e cronograma de obras, em linha com o PD5, a ser aprovado pela ARTESP, com apoio do AUDITOR INDEPENDENTE.
- 6.3. Anualmente, a Concessionária desenvolverá e implementará PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO (PE-DOTSR) (correspondente ao Plano de Ação de Reassentamento -RAP e Plano de Restauração de Meios de Subsistência - LRP), de acordo com os Termos de Referência (TdRs) constantes do APENSO [●] e orientações do PG-DOTSR aprovado para os locais a serem liberados no ano seguinte, a ser aprovado pelo AUDITOR INDEPENDENTE. O RAP/LRP deverá incluir disposições para preencher as lacunas existentes entre o PD5 e a regulamentação local e mitigações para todos os usuários atuais das terras adquiridas/que ainda serão adquiridas, que serão compensados em conformidade com o PD5.
- 6.4. O PG-DOTSR e o PE-DOTSR deverão considerar os seguintes princípios-chave do PD5:
- 6.4.1. Priorização dos acordos negociados, evitando a utilização de autoridade governamental para impor a realocação, mesmo que a CONCESSIONÁRIA disponha de meios legais para adquirir terras sem o consentimento do vendedor.
- 6.4.2. A ausência de direitos legais relativos à terra e/ou benfeitoria não impede que as pessoas deslocadas em posse pacífica sejam compensadas ou se beneficiem de formas alternativas de assistência. Serão elegíveis a diferentes tipos de compensação (i) pessoas afetadas com posse formal de terra e dos bens afetados; (ii) pessoas afetadas que apesar de não terem posse formal tenham direitos reconhecidos (como usucapião); (iii) pessoas afetadas que não tenham posse legal nem direitos reconhecidos ao imóvel que ocupam ou usam, limitada a indenização, nesse caso, às benfeitorias feitas no imóvel.
- 6.4.3. A compensação por perda de bens é realizada a custo de substituição integral, sem depreciação ou dedução para qualquer fim e incluindo custos de transação.

- 6.4.4. No caso de atribuição de casa de substituição, é garantida a propriedade, que oferece ao residente proteção contra despejo.
- 6.4.5. Deslocamentos econômicos (formais e informais) deverão ser compensados por lucro cessante e os respectivos trabalhadores compensados por perdas de salários, garantida a assistência na transição.
- 6.4.6. Será dada especial atenção às necessidades dos mais pobres, de grupos ou indivíduos desfavorecidos vulneráveis através de assistência à realocação e recuperação (ou melhoria) de modos de vida.
- 6.4.7. Não serão realizados despejos forçados, salvo se forem feitos de acordo com os requisitos legais e os requisitos do PD5, incluindo medidas descritas na Nota de Orientação 55 do PD5 (PD5 NO55).
- 6.5. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir que as pessoas afetadas pela aquisição de terras e reassentamento (incluindo mulheres e indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis e pessoas afetadas por aquisição de terras e reassentamento passados ou em curso associados à CONCESSÃO) tenham acesso a um Mecanismo de Queixas e Reclamações (MQR) consistente com o PD1, que permita receber e abordar de forma oportuna, preocupações específicas acerca da indenização e a realocação manifestadas por pessoas deslocadas ou membros das comunidades anfitriãs, contando inclusive, com um mecanismo de recurso projetado para resolver controvérsias de forma imparcial.
 - 6.5.1. Serão elegíveis para assistência eventuais reclamações relacionadas com reassentamentos passados (apresentadas através do MQR), em que após avaliação da situação se confirme que subsistem impactos residuais adversos resultantes do reassentamento. A assistência será determinada numa avaliação caso a caso, em função da significância do impacto e da atual situação de vulnerabilidade.
- 6.6. A CONCESSIONÁRIA deverá engendrar esforços razoáveis, observando-se o procedimento previsto no art. 10-A do Decreto-Lei nº 3.365/1941, para somente imitir-se na posse dos imóveis e bens correlatos depois de realizada a compensação e demais subsídios e assistências relacionados com o processo de deslocamento estabelecidos no PAR (como, por exemplo, assistência para a mudança e subsídios para período de transição) às comunidades e às pessoas deslocadas.
- 6.7. O AUDITOR INDEPENDENTE poderá atuar como mediador, na hipótese prevista no art. 10-B do Decreto-Lei nº 3.365/1941, caso feita essa opção pelo particular.
 - 6.7.1. Na hipótese desse item, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá levar em conta na mediação a necessidade de implementação das compensações e assistências previstas nos PE-

DOTSR, a fim de que as pessoas afetadas pela aquisição e reassentamento sejam capazes de restabelecer suas condições de vida e restaurar seus meios de subsistência.

7. PD6: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS VIVOS

- 7.1. A abordagem relacionada à biodiversidade será conduzida no âmbito do ESIA, com base no escopo definido no APENSO [●], junto ao estudo de habitat crítico e, caso confirmado impacto residual sobre este último, respectivo Plano de Gestão de Biodiversidade, em linha com o PD6.
- 7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as seguintes atividades específicas para garantir alinhamento ao PD6:
- i. Atualizar as linhas de base para biodiversidade e serviços ecossistêmicos e avaliar impactos; no caso da Linha 16, arborização urbana e fauna associada;
 - ii. Identificar melhorias no traçado proposto para evitar, na medida possível, áreas sensíveis e minimizar os impactos;
 - iii. Realizar cálculo de perdas e ganhos para estimar impactos residuais.

8. PD7: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- 8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá atender à legislação vigente relativa a povos indígenas e comunidades tradicionais e aos requisitos do PD7.
- 8.2. No âmbito do ESIA, conforme APENSO [●], a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar estudos complementares relativos à existência de agrupamentos indígenas urbanos e comunidades quilombolas potencialmente localizados nas áreas de influência da CONCESSÃO, ainda que não formalmente reconhecidas, garantindo a inclusão deste tema nos estudos de avaliação de impacto e a realização de consultas às entidades responsáveis, se aplicável.
- 8.3. A realidade mapeada nos estudos elaborados deverá ser periodicamente monitorada e, caso seja alterada, atualizada no PEPI e SGSSAS da CONCESSÃO.
- 8.4. Para alinhamento com o PD7, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- i. Avaliar, no âmbito do ESIA, se o projeto poderá ocasionar interferências em territórios de Povos Indígenas e comunidades quilombolas, e avaliar a aplicabilidade do PD7.
 - ii. Caso o ESIA confirme a aplicabilidade do PD7, a CONCESSIONÁRIA deverá se envolver com os órgãos competentes (Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Palmares e/ou

INCRA) para realizar Consulta e Participação Informada (ICP) e, se os impactos adversos forem inevitáveis, minimizar/restaurar/compensar esses impactos com medidas definidas em um plano com prazo determinado (Plano de Povos Indígenas), em linha com a legislação nacional e o PD7. Se aplicável, a CONCESSIONÁRIA deverá se envolver com os órgãos competentes para implementar um processo de engajamento para obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) alinhado com o PD7, antes do início dos trabalhos nas áreas que acionam o CLPI.

9. PD8: PATRIMÔNIO CULTURAL

- 9.1. A CONCESSIONÁRIA deverá atender à legislação vigente de proteção ao patrimônio cultural e aos requisitos do PD8, devendo evitar e minimizar riscos e impactos adversos sobre o patrimônio cultural e implementar medidas alinhadas ao PD8.
- 9.2. No âmbito do ESIA, conforme APENSO[●], será dada continuidade a (i) mapeamento do patrimônio cultural existente na área de influência da CONCESSÃO, quer seja ou não legalmente protegido ou previamente afetado; (ii) avaliação de potenciais riscos e impactos adversos resultantes da CONCESSÃO, na FASE DE OPERAÇÃO e desmobilização dos SERVIÇOS; (iii) levantamento de medidas de mitigação de impactos adversos e medidas de valorização do patrimônio cultural (como as estações tombadas ou com valor histórico), as quais serão implementadas em articulação com os órgãos governamentais responsáveis pelo patrimônio cultural (IPHAN, CONDEPHAAT e instituições municipais intervenientes), bem como em consulta com partes interessadas e afetadas.
- 9.3. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e incluir no SGAS um Procedimento de Descobertas Aleatórias alinhado com o PD8, que deverá implementar em áreas identificadas no ESIA como com potencial de encontrar patrimônio cultural, seja durante a construção ou durante a operação, como forma de evitar impactos adversos.

PARTE II – DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

10. APRESENTAÇÃO

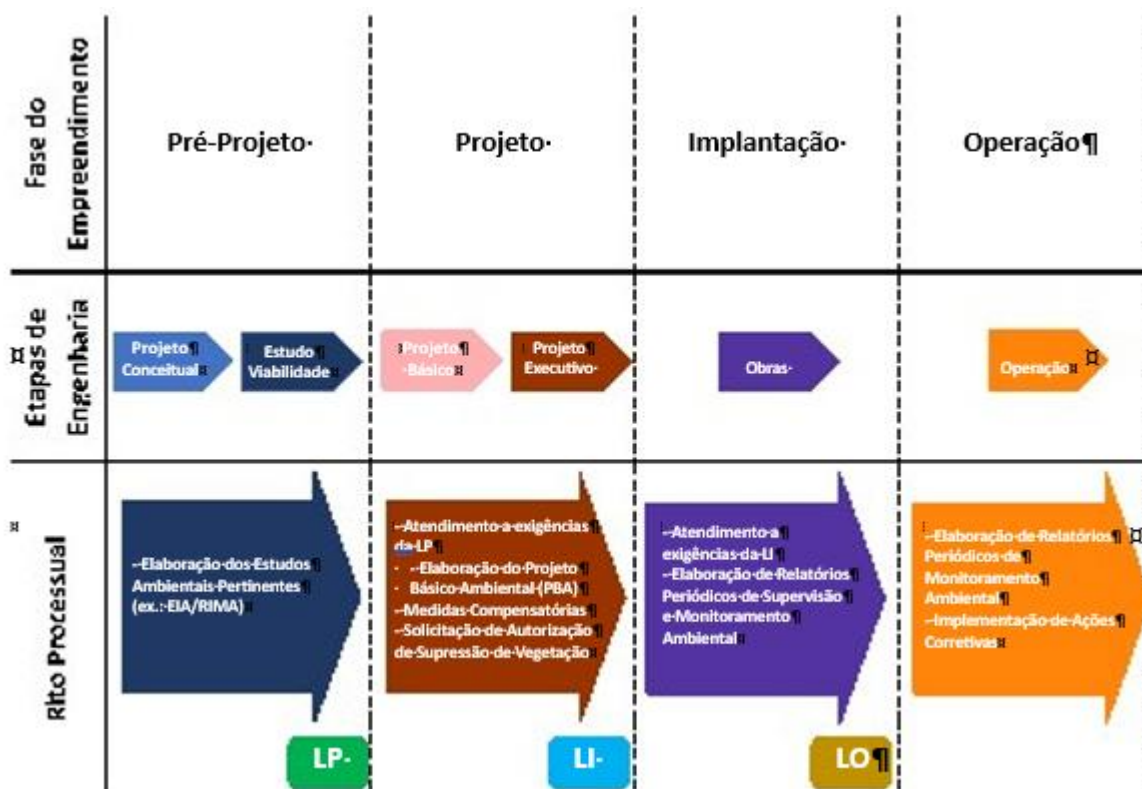
- 10.1. Esta seção tem por objetivo apresentar as diretrizes de licenciamento ambiental para a implantação da LINHA 16, nos termos do CONTRATO, incluindo a identificação dos órgãos envolvidos.
- 10.2. Este anexo apresenta, mas não esgota, as diretrizes e ações necessárias aos processos de licenciamento ambiental e de obtenção de autorizações ou anuências complementares, devendo a CONCESSIONÁRIA considerar a legislação ambiental vigente e exigências dos órgãos envolvidos.
- 10.3. Os termos definidos constantes deste ANEXO terão o significado a eles atribuído no ANEXO [●].

11. DIRETRIZES GERAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

11.1. O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente. O processo de licenciamento ambiental compreende, genericamente, três fases distintas, quais sejam: LP, LI e LO, como estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997.

11.2. De maneira a ilustrar o funcionamento geral do processo de licenciamento ambiental, na Figura 1, a seguir, é apresentado o fluxo genérico de um processo e as atividades associadas.

Figura 1 - Fluxograma do processo de Licenciamento Ambiental



11.3. Além da obtenção da LP, da LI e da LO, de acordo com as especificidades do empreendimento, um processo de licenciamento ambiental pode demandar a necessidade de consultas prévias, manifestações técnicas, autorizações ou anuências complementares dos demais órgãos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, conforme listado a seguir:

- Licenças e autorizações para áreas de apoio às obras (canteiros, instalações industriais provisórias, áreas de disposição de materiais excedentes, empréstimos e outras);
- ASV e autorização para intervenção em APP;

- iii. Outorga para uso e/ou interferências em Recursos Hídricos;
- iv. Autorização para interferência em UC ou em suas zonas de amortecimento, e outras áreas protegidas;
- v. Autorizações dos órgãos de patrimônio histórico, artístico e cultural;
- vi. Autorização para intervenção em Bens Tombados e áreas envoltórias;
- vii. Manifestação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

12. COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 12.1. A Resolução CONAMA nº 237/1997 e adicionalmente a Lei Complementar nº 140/2011, determinam que o licenciamento ambiental pode ser processado na esfera federal, estadual ou municipal, a depender principalmente do porte do empreendimento e da abrangência geográfica da sua área de influência.
- 12.2. No ESTADO, o Sistema Ambiental Paulista é responsável pela gestão ambiental no território do estado de São Paulo. Esse sistema tem a SEMIL como órgão central (Decreto nº 67.435/2023), bem como é composto por coordenadorias, institutos, fundações e outros órgãos vinculados.
- 12.3. A SEMIL é responsável por analisar e acompanhar as políticas públicas setoriais, bem como articular e coordenar os planos e ações relacionados à área ambiental. Além disso, é responsável por executar as atividades relacionadas à fiscalização ambiental, e promover ações de educação ambiental, normatização, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais. Por essa razão, grande parte das legislações que regem o licenciamento foi elaborada por essa Secretaria.
- 12.4. Uma das subsecretarias que compõem a SEMIL é a Subsecretaria de Logística e Transporte, responsável pelo planejamento da logística e infraestrutura dos meios de transportes no ESTADO.
- 12.5. O órgão vinculado à SEMIL e que é responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental é a CETESB.
- 12.6. No caso da CONCESSÃO, o licenciamento ambiental para expansão dos SERVIÇOS previstos deverá ser conduzido no âmbito estadual, junto à CETESB.

13. PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO

- 13.1. O licenciamento ambiental prévio da implantação da LINHA 16 deverá ser conduzido na esfera estadual, de acordo com o rito e os procedimentos para o licenciamento ambiental com Avaliação

de Impacto praticados pela CETESB, previstos na Resolução SMA Nº 49/2014 e na Decisão de Diretoria da CETESB Nº 153/I/2014.

- 13.2. Conforme disposto no artigo 1º da Decisão de Diretoria nº 153/I/2014, a avaliação da viabilidade ambiental de um empreendimento deverá ser realizada com subsídio de estudos ambientais, a serem definidos em função do potencial de degradação dos impactos esperados, conforme segue:
- i. Para empreendimentos, obras e atividades considerados de baixo potencial de degradação ambiental, o licenciamento ambiental deverá ser instruído com Estudo Ambiental Simplificado (EAS);
 - ii. Para empreendimentos, obras e atividades considerados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente o licenciamento ambiental será instruído com Relatório Ambiental Preliminar (RAP); e
 - iii. Para empreendimentos, obras e atividades considerados como potencialmente causadores de significativa degradação ambiental o Artigo 5º da Resolução SMA 49/2014 determina que a solicitação de LP deverá ser instruída por Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
- 13.3. Dessa forma, tendo em vista que se trata de um empreendimento de grande porte que ultrapassará os limites da faixa de operação em locais específicos (potencialmente implicando em significativos impactos ambientais e sociais a ser avaliados e mitigados), a CONCESSIONÁRIA deverá considerar as diretrizes listadas a seguir para obtenção das licenças ambientais.
- 13.4. Para a Fase de obtenção da LP, o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos - SPI deverá providenciar o arranjo institucional necessário para permitir o compartilhamento de responsabilidades dos agentes intervenientes no licenciamento ambiental prévio.
- 13.5. A CETESB definirá se a avaliação de viabilidade ambiental se dará através da elaboração de um EIA/RIMA, ou por meio da elaboração de Relatórios Ambientais Preliminares (RAP), não sendo aplicável a este tipo de projeto o Estudo Ambiental Simplificado (EAS).
- 13.6. Nos casos ordinários de licenciamento, após a apresentação dos estudos ambientais determinados pelo órgão ambiental (neste caso EIA/RIMA), o órgão analisará os mesmos e, após as complementações necessárias (se houver), emitirá a LP.
- 13.6.1. De posse da LP, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes, que incluirá, dentre outros produtos técnicos e obrigações, o detalhamento dos Programas Ambientais em um Plano Básico Ambiental (PBA) para execução do EMPREENDIMENTO,

detalhando as medidas para prevenção, mitigação, controle ou compensação dos impactos identificados no EIA/RIMA, para fins de obtenção da LI.

- 13.6.2. Durante a realização das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá assumir a implementação dos Programas Ambientais na faixa de operação sob sua responsabilidade, bem como os reportes necessários à CETESB e a manutenção da qualidade socioambiental nas áreas de intervenção.
- 13.6.3. Para obtenção da LO, a futura CONCESSIONÁRIA deverá elaborar requerimento demonstrando comprovação do atendimento às exigências estabelecidas na LI e nas demais autorizações obtidas (ASV, Autorização para Manejo de Fauna etc.), para implantação do EMPREENDIMENTO a seu cargo.
- 13.7. Uma vez obtida a LI e durante a realização das obras, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes estabelecidas, que incluirá, dentre outros produtos técnicos e obrigações, o atendimento contínuo aos Programas Ambientais do PBA para execução das atividades, adotando as medidas para prevenção, mitigação, controle ou compensação dos impactos identificados no licenciamento do EMPREENDIMENTO, bem como os reportes necessários à CETESB e a manutenção da qualidade socioambiental nas áreas de intervenção, para fins de obtenção da LO.
- 13.8. Uma vez obtida a LO, a CONCESSIONÁRIA deverá atender a todas as condicionantes, que incluirá, dentre outros produtos técnicos e obrigações, os relatórios anuais do Programa Ambiental da Operação do EMPREENDIMENTO, informando os procedimentos realizados para mitigação de impactos e atendimento à legislação vigente.
- 13.9. Os documentos digitais dos processos de licenciamento com avaliação de impacto ambiental deverão ser protocolizados no Sistema Eletrônico e-ambiente”, conforme instruções estabelecidas na Decisão De Diretoria Nº 247/2017/I, de 28 de agosto de 2017.

14. AUTORIZAÇÕES PARA ÁREAS DE APOIO

- 14.1. Para a execução da implantação da LINHA 16 será necessária a utilização de áreas de apoio, que poderão incluir: canteiros de obras, áreas de empréstimo, depósitos de material excedente (bota-foras), canteiro de fabricação de anéis, poços de manejo das TBMs, entre outros legalmente estabelecidos.
- 14.2. Usualmente, operacionalizam-se dessas áreas de apoio dentro dos limites da área dos EMPREENDIMENTOS.
- 14.3. Contudo, quando da impossibilidade de aproveitamento dentro dos limites da área do EMPREENDIMENTO, torna-se necessária a busca por áreas adicionais, o que demanda, conseqüentemente, a necessidade de conduzir processos complementares de licenciamento

ambiental junto à CETESB e às prefeituras para obtenção de alvará de autorização para canteiro de obras, além de anuências do SPAGuas.

15. AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO (ASV) E INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

15.1. As legislações federal e estadual preveem a necessidade de autorização do órgão ambiental competente nos casos de supressão de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006, artigo 14, §1º, e artigo 25). A intervenção em APP é permitida em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto, conforme preconiza o artigo 8º da Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), e depende de autorização do órgão ambiental competente, conforme disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução CONAMA nº369/2006.

15.2. No âmbito estadual, o corte de árvores nativas isoladas também necessita da autorização da CETESB, conforme determina o artigo 1º da Decisão de Diretoria Nº 287/2013/V/C/I. A CETESB estabelece como documentação necessária para a abertura da solicitação¹¹, além dos documentos relativos à propriedade, os seguintes:

- i. Planta Planialtimétrica em escala compatível contendo a demarcação da(s) área(s) objeto de supressão da vegetação nativa, a demarcação das árvores nativas isoladas indicadas para supressão, das espécies vegetais especialmente protegidas, das áreas especialmente protegidas (APP, Reserva Legal, Área Verde etc.), das áreas objeto de compensação/recuperação, contendo legenda que as diferenciem e compatível com o Laudo de Caracterização da Vegetação, assim como a demarcação dos corpos d'água, caminhos, estradas, edificações existentes e a construir, confrontantes, coordenadas geográficas ou UTM e indicação do DATUM horizontal;
- ii. Laudo de Vegetação, contendo identificação dos estágios de desenvolvimento da vegetação nativa, identificação das árvores isoladas, medidas compensatórias para realização da obra e fotografias atuais;
- iii. ART do profissional habilitado;
- iv. Laudo de Fauna, conforme Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, a qual estabelece *“Procedimento para a Elaboração dos Laudos de Fauna Silvestre para Fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para Supressão de Vegetação Nativa”*, e dá outras providências. De acordo com o artigo 2º da Decisão de Diretoria nº 167/2015/C, os estudos da fauna silvestre nativa para fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para supressão de vegetação nativa serão solicitados nas seguintes condições:

¹¹ A relação de documentos necessários está disponível em: autorizacao-intervencao-app-listagem-documentos-v3.pdf (cetesb.sp.gov.br)

- a. Em áreas urbanas – para supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica:
 - Em vegetação primária e secundária em estágio médio ou avançado de regeneração, quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 0,2 ha;
 - Em vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 1,0 ha e estiver localizada contígua a APP ou conectada com Fragmentos Florestais de vegetação nativa. Entende-se por área contígua quando não houver barreira física tais como edificações e arruamento.
- b. Em áreas rurais – para supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica:
 - Quando a vegetação a ser suprimida for igual ou superior a 1,0 ha, independente do estágio sucessional.

16. AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

- 16.1. Caso seja necessário realizar levantamento da fauna silvestre *in situ*, em função da necessidade de coletar, apanhar, capturar ou manipular espécies de fauna silvestre nativa durante os levantamentos, deverá ser obtida a Autorização de Manejo *in situ* pelo DeFau da SEMIL, conforme previsto na Resolução SMA nº 92/2014 e Resolução SMA nº 36/2018.
- 16.2. Vale destacar também que, caso seja identificada a necessidade de suprimir vegetação para implantação do EMPREENDIMENTO, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar nova autorização do DeFau referente aos trechos sob sua responsabilidade, destinada ao controle das atividades de afugentamento, resgate e soltura de fauna, a serem executadas durante as atividades de supressão de vegetação, considerando o item 15.2, iv.

17. OUTORGAS PARA USO E/OU INTERFERÊNCIA EM RECURSOS HÍDRICOS

- 17.1. De acordo com o artigo 12 da Portaria DAEE nº 1.630/2017, a execução de obras ou serviços que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos depende de outorga. Essas autorizações terão prazo de validade específico, a ser definido pelo órgão em questão.
- 17.2. Conforme o artigo 14 da Portaria mencionada acima, todo empreendimento deve ser precedido de requerimento com informações preliminares sobre os usos e as interferências em recursos hídricos, a ser apresentado pelo responsável legal na respectiva diretoria da bacia hidrográfica, que fará a apreciação do requerimento e das informações e emitirá uma declaração ao interessado sobre a viabilidade da concepção dos usos e das interferências do empreendimento. Empreendimentos já instalados não dependem dessa declaração, cabendo apenas a regularização dos usos existentes.

- 17.3. A CONCESSIONÁRIA deverá atender aos procedimentos previstos nas instruções técnicas da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização – DPO. Ressalta-se que os procedimentos estão integrados ao processo de licenciamento ambiental, conforme prevê a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/2005.

18. AUTORIZAÇÕES PARA INTERFERÊNCIA COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- 18.1. Conforme estabelecido na Resolução SMA nº 85, de 23/10/2012, nos processos de licenciamento em que possa ocorrer afetação direta em UC ou na sua zona de amortecimento, a autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, deverá seguir as disposições da Resolução CONAMA nº 428/2010 e da Resolução SMA nº 85/2012.
- 18.2. De acordo com as informações disponíveis na base de dados do Ministério do Meio Ambiente, nenhuma zona de amortecimento é interceptada. A única unidade de conservação interceptada pelo empreendimento é a APA da Várzea do rio Tietê, portanto, deve ser solicitada a anuência do seu órgão gestor (Fundação Florestal de São Paulo) sobre o empreendimento.

19. AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES A NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

- 19.1. Conforme previsto na Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015, que revogou a Portaria IPHAN nº 230/2002, este Instituto deverá ser acionado para se manifestar nos processos de licenciamento ambiental quanto à viabilidade do EMPREENDIMENTO cuja AID intervir em bens culturais acautelados (bens tombados, arqueológicos, registrados e valorados).
- 19.2. Dessa forma, quando do processo de licenciamento ambiental, a CONCESSIONÁRIA deverá consultar o IPHAN, por meio do preenchimento da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) ou documento equivalente, e apresentação de documentos técnicos necessários conforme instrução normativa IPHAN nº 001/2015 e demais exigências e procedimentos estabelecidos pelo órgão.
- 19.3. O EMPREENDIMENTO será enquadrado em Níveis de acordo com o previsto nos anexos I e II da referida instrução normativa, conforme sua tipologia e características, por meio de indicação na FCA e posterior manifestação conclusiva do IPHAN que orientará os procedimentos seguintes.
- 19.4. Os EMPREENDIMENTOS, a priori, poderão ser classificados como Nível I, Nível II ou NA (não se aplica).
- 19.5. Para EMPREENDIMENTOS classificados como “Não se aplica – NA”, a priori, o IPHAN não exigirá a aplicação desta Instrução Normativa, sem prejuízo da incidência da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

19.6. O Nível I corresponde a empreendimentos de baixa interferência sobre as condições vigentes do solo, localizados em áreas alteradas, não coincidentes com sítios arqueológicos cadastrados, e o Nível II considera que as atividades construtivas serão de baixa e média interferência sobre as condições vigentes do solo e cujas características e dimensões são compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo.

19.7. Para o Nível I, o procedimento exigido é somente a apresentação de TCE, conforme artigo 15 da Instrução Normativa nº 001/2015.

19.8. Já para o Nível II, as etapas exigidas estão listadas a seguir:

19.8.1. Fase de Obtenção da LP:

- i. Preenchimento da FCA e do TCE;
- ii. Atendimento aos estudos necessários ao Licenciamento definidos em TER emitido pelo IPHAN;
- iii. Apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se o TRE exigir); e
- iv. Apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.
 - O IPHAN analisará os Relatórios de Impacto aplicáveis e encaminhará manifestação conclusiva para o órgão ambiental responsável (CETESB) favorável (ou não) à emissão da LP, sendo que esta LP poderá incluir eventuais condicionantes apontadas na manifestação do IPHAN.

19.8.2. Fase de Obtenção da LI:

- i. Apresentação do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se exigido); e
- ii. Apresentação do Pedido de Autorização de Acompanhamento Arqueológico.
 - O IPHAN analisará o Programa e o Pedido de Autorização e emitirá a Autorização de Acompanhamento Arqueológico. Além disso, encaminhará manifestação conclusiva ao órgão ambiental favorável (ou não) à emissão da LI, sendo que esta poderá incluir eventuais condicionantes apontadas na manifestação do IPHAN.

19.8.3. Fase de Obtenção da LO:

- i. Apresentação do Relatório de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados (se exigido); e
 - ii. Apresentação do Relatório de Acompanhamento Arqueológico.
 - Mais uma vez, o IPHAN analisará os relatórios que foram elaborados durante a fase de obras e encaminhará, posteriormente, a manifestação conclusiva ao órgão ambiental favorável (ou não) à emissão da LO, encerrando o processo de licenciamento.
- 19.9. Para intervenção de bens protegidos em nível estadual ou municipal, os órgãos competentes deverão ser consultados para emissão de autorizações necessárias.

20. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM BENS TOMBADOS E ÁREAS ENVOLTÓRIAS

- 20.1. Considerando a extensão planejada da LINHA 16, foram identificados [●] patrimônios culturais e bens patrimoniais tombados pelo IPHAN ou CONPRES P e que serão potencialmente interceptados pela linha planejada e que estariam localizados em um raio de até 300 (trezentos) metros do traçado², portanto, seriam potencialmente interceptados. A indicação destes culturais e bens patrimoniais consta do APENSO [●].
- 20.2. Os bens tombados na LINHA 16 não se limitam àqueles identificados no APENSO [●]. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito municipal, será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao CONPRES P, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em razão de possíveis intervenções em bens municipais tombados.
- 20.3. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito estadual, será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao CONDEPHAAT, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, em razão de possíveis intervenções em bens municipais tombados.
- 20.4. Por parte da CONCESSIONÁRIA, no âmbito federal será necessária a instrução de processo de consulta e análise junto ao IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, em razão de possíveis intervenções em bens municipais tombados.
- 20.5. Para intervenções que estejam em área envoltória de bem tombado, a CONCESSIONÁRIA também deverá solicitar autorização do órgão responsável pelo tombamento, nas esferas federal, estadual e municipal.

² Considerado a partir da definição da Lei Estadual nº 13.426 de 1979, que define um raio de 300 metros a partir do bem tombado como área envoltória, protegendo toda a mancha urbana criada por essa poligonal.

- 20.6. Adicionalmente, considerando o dinamismo dos processos de tombamento, é importante que a CONCESSIONÁRIA realize consultas junto aos órgãos de preservação, nas esferas federal, estadual e municipal, para verificação de eventuais bens que tenham sido recentemente tombados.

21. MANIFESTAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 21.1. A Prefeitura do município de São Paulo deverá ser consultada pela CONCESSIONÁRIA no processo de licenciamento ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 237/1997, considerada na esfera estadual por meio da Resolução SMA nº 22/2009.
- 21.2. Dessa forma, ainda na fase de Licenciamento Ambiental Prévio, conforme previsto no artigo 1º da Resolução SMA nº 22/2009, o processo de licenciamento deverá apresentar à CETESB as Certidões de Uso e Ocupação do Solo emitida pela prefeitura, declarando que o local e o tipo de empreendimento estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo.
- 21.3. Além disso, o artigo 5º da Resolução SMA nº 22/2009 citada, estabelece que o exame e manifestação técnica pelos órgãos municipais, relativo aos impactos ambientais do empreendimento (referido no parágrafo único do artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/1997), deverá obrigatoriamente anteceder os pareceres técnicos exarados pelo órgão licenciador na fase de LP, e quando couber nas fases de LI e LO.

22. DIRETRIZES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- 22.1. Outro aspecto importante relacionado ao licenciamento ambiental diz respeito às compensações ambientais exigidas pela legislação. Dessa forma, deve-se considerar 2 (dois) tipos de compensação, em decorrência dos impactos ambientais que não são passíveis de prevenção, controle e mitigação, os quais estão listados a seguir:
- i. Compensação relacionada a empreendimentos de significativo impacto ambiental, licenciados por meio de EIA/RIMA; e
 - ii. Compensação relacionada à supressão de vegetação e interferência em APP e corte de árvores isoladas.
- 22.2. As obras previstas no CONTRATO são, potencial ou efetivamente, causadoras de significativa degradação do meio ambiente, ou seja, serão licenciadas em processos instruídos por meio de EIA/RIMA. Nesses processos, a Lei Federal nº 9.985/2000 (artigo 36) estabelece mecanismo de compensação ambiental mediante apoio para implantação e/ou manutenção de UC do grupo de proteção integral. Regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, o mecanismo se baseia na definição do grau de impacto nos ecossistemas, podendo resultar em valores de compensação que variam de 0 a 0,5% do valor do investimento, excluindo-se valores referentes aos planos,

projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento.

- 22.3. No ESTADO, conforme disposto na Resolução SMA 24/12, a Câmara de Compensação Ambiental, tem por objetivo analisar e propor a aplicação e o destino dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos e atividades cujo licenciamento esteja condicionado à apresentação e aprovação de EIA/RIMA.
- 22.4. No que tange à compensação pela supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas nativas e interferências em APP, os parâmetros para cálculo da estimativa do plantio compensatório das obras de melhoria devem considerar as diretrizes previstas na Resolução SMA nº 07/2017, a qual dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental em decorrência da supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e intervenção em áreas de preservação permanente no Bioma Mata Atlântica.
- 22.5. A Resolução SMA nº 07/2017 determina, em seu artigo 3º, que os parâmetros de compensação serão definidos conforme os critérios apresentados no mapa e na tabela das “*Áreas prioritárias para restauração da vegetação nativa*”. Com isso, a depender do enquadramento de cada trecho de intervenção do empreendimento pretendido, o fator de compensação por supressão de vegetação e/ou intervenção em áreas de preservação permanente pode variar de 1,25 a 6 vezes a área autorizada. Já pelo corte de árvores nativas isoladas, o fator de compensação pode variar de 10:1 a 30:1, a depender do enquadramento das intervenções.
- 22.6. No âmbito municipal, foi identificada legislação do município de São Paulo que estabelece os parâmetros e fatores que devem ser aplicados para a compensação, conforme apresentado nos itens a seguir. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar oportunamente nova pesquisa de legislação municipal para averiguar a existência de novas leis sobre o tema.
- 22.6.1. São Paulo – Decreto nº 37.821/1999 - Institui o Programa São Paulo Verde; dispõe sobre o plantio, a adoção de árvores já plantadas, a conservação e a proteção de árvores em logradouros públicos.
- 22.6.2. São Paulo – Decreto nº 53.889/2013 – Regulamenta o Termo de Compromisso Ambiental - TCA.
- 22.6.3. São Paulo - Portaria SVMA Nº 61/11 - Publica Lista de Espécies Arbóreas Nativas do Município de São Paulo para Termos de Ajustamento de Conduta e Projetos de Recuperação Florestal, de Enriquecimento Florístico, paisagísticos, de Compensação Ambiental, entre outros que exijam plantio de espécies arbóreas nativas.
- 22.6.4. São Paulo - Portaria SVMA nº 130/13 - Disciplina critérios e procedimentos de compensação ambiental - manejo, por corte, transplante ou intervenção ao meio

ambiente. Define as regras, critérios e procedimentos de compensação ambiental referente a supressão ou manejo de vegetação no município de São Paulo.

LISTA DE APENSOS

APENSO 1 – CADERNO TÉCNICO DE LICENÇAS AMBIENTAIS DOS SERVIÇOS

APENSO 2 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL

APENSO 3 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

APENSO 4 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

APENSO 5 – ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL E SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA – RAAS